



Vai e volta: o princípio da Logística Reversa

Entenda como funciona a devolução de produtos no pós-consumo ao fabricante. Para muitos, este é o mecanismo – já regulamentado na Europa – que vai salvar o planeta das montanhas de lixo eletrônico. No Brasil, a legislação se arrasta

SEM VESTÍGIOS

A dinâmica da Logística Reversa

Entenda como funciona a devolução de produtos no pós-consumo ao fabricante. Para muitos, este é o mecanismo – já regulamentado na Europa – que vai salvar o planeta das montanhas de lixo eletrônico. No Brasil, a legislação se arrasta

Manoella Oliveira
Planeta Sustentável - 21/05/2009

Logística é um processo que pode ser dividido em várias etapas: envolve compra e venda, devolução de mercadoria por motivo de desistência ou de defeito e, finalmente, se preocupa com o destino de um produto ao final de sua vida útil. A preocupação da Logística Reversa (LR) é fazer com que esse material, sem condições de ser reutilizado, retorne ao seu ciclo produtivo ou para o de outra indústria como insumo, evitando uma nova busca por recursos na natureza e permitindo um descarte ambientalmente correto. Parece simples e inteligente, mas o processo ainda não funciona bem.

Nos Estados Unidos, as pessoas normalmente têm duas ou três garagens em casa, sendo uma delas desviada de sua função principal: vira depósito de entulhos. Boa parte dele é formada por equipamentos velhos e sem uso que estão abandonados - mas guardados - porque não se sabe o que fazer com aquilo.

Quem conta isso é Gailen Vick, presidente da **RLA - Reverse Logistics Association**, um especialista de mercado que conhece bem os gastos do país com Logística Reversa de mais de US\$ 750 bilhões por ano mas que afirma, categoricamente, que as empresas não prestam muita atenção nisso, especialmente porque não têm consciência de quanto dinheiro poderia ser economizado com a adoção da prática.

© Copyright PRAC 2001 / 2009 – Todos os direitos reservados
Permitida a reprodução se citadas todas as fontes

“Ser ambientalmente correto afeta a satisfação do cliente. Se você não faz porque é ambientalista, faça pelo lucro e pela imagem corporativa. O que é lixo, hoje, pode valer dinheiro se for bem empregado no futuro”. Mas além do desconhecimento do assunto, existe ineficiência na própria implementação da LR, que exige, de fato, uma estrutura complexa para recolher, armazenar e tratar resíduos e um investimento inicial alto.

“E quais são as ferramentas usadas para medir a eficiência da Logística Reversa? Se você não sabe mensurar, como vai falar que tem um problema?”, questiona. De acordo com Vick, nem mesmo os CEOs sabem muito bem como executar o processo, por isso, eles devem ser educados sobre os valores recuperados, pela própria cultura da empresa.

Logística Reversa é a estratégia que, na visão de André Saraiva, diretor de Responsabilidade Socioambiental da **Abinee – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica** – permite um aumento de participação da empresa no mercado a partir de um programa de take back. “A conscientização e a destinação ambientalmente adequada de um produto pode trazer, a esse consumidor, o entendimento sobre uma marca muito mais responsável e direta do que qualquer comercial. É uma aposta no consumo consciente”, diz.

CONSCIENTIZAÇÃO BASTA?

Esse é outro ponto fundamental. Além da responsabilidade dos fabricantes ao se desfazerem daquilo que criaram com o menor impacto para o meio ambiente, precisa haver o compromisso dos clientes de fazer a melhor compra e não se guiar apenas pelo menor preço. A LR reversa começa no momento em que o produto é produzido, se estende ao ato da compra e reinicia o ciclo quando é devolvido como matéria-prima para ser reinserido.

Há inúmeras empresas que diminuíram o tamanho das embalagens de seus produtos sem afetar seu conteúdo para gerar menos lixo, que montam os equipamentos que comercializam pensando na facilidade que terão em desmontá-los para reciclá-los depois e claro que procuram utilizar materiais reciclados e, principalmente, recicláveis em sua confecção.

Alguns supermercados como **Wal-Mart** e **Pão de Açúcar** buscam incentivar o maior consumo de produtos com algum diferencial de sustentabilidade e a não utilizar sacolas plásticas. Essas são iniciativas de conscientização mais difundidas no país e que começam a funcionar, embora a maioria dos clientes ainda escolha a embalagem maior, mais bonita e que for mais conveniente para o bolso.

Quando o assunto são os eletroeletrônicos, entram em cena outros elementos e o preço pesa cada vez mais, por se tratar de produtos mais caros, mas que podem ser facilmente adquiridos em locais impróprios. O mercado negro, que comercializa todo tipo de máquinas ilegalmente, é constantemente alimentado por consumidores que buscam por valores mínimos e é aí que reside um grande nó da Logística Reversa.

Em alguns países estrangeiros como Alemanha e Japão, a ideia de colocar o que não serve mais na calçada funciona. No Brasil, ações institucionais para recolher equipamentos encalhados em casa e abandonar o que quer que seja na rua são um estímulo para que, aqueles que compraram sua máquina digital e seu pen drive em camelôs, que continuem a fazê-lo. Afinal, é assim que um produto falsificado ou, no mínimo, importado irregularmente e a responsabilidade de se livrar dele deixam de ser do fabricante, que não sabe do paradeiro do seu produto original; do vendedor, que é um trabalhador informal e não oferece garantia e do consumidor,

que não tem a quem recorrer, dadas as circunstâncias. Em caso de falsificação a situação fica ainda pior porque não há preocupação com o tipo de material utilizado nem uma fábrica que seja oficialmente responsável por nada.

“Isso é a anistia do comportamento da ilegalidade, um processo em que não existe educação ambiental. E como se sente quem comprou com nota, pagou os impostos, e utilizou a ferramenta legal? Geralmente, as pessoas se tornam conscientes ou demovidas com as questões ambientais mais por pressão da mídia e da sociedade, mas quanto, de forma efetiva, elas contribuem?”.

O EXEMPLO EUROPEU

Na União Europeia, a LR é pautada por duas diretivas que se complementam: **WEEE – Waste Electrical and Electronic Equipment** - e **RoHS - Restriction of Hazardous Substances**, em vigor desde janeiro de 2006. A primeira tem como objetivo eliminar a quantidade de lixo eletrônico que chega aos aterros sanitários, por meio da coleta e da reciclagem. Os aterros, além de terem um alto custo para os municípios, oferecem riscos à saúde, já que, com o tempo, os materiais se desintegram e formam um caldo de metais pesados que contaminam as pessoas, especialmente via lençol freático.

Já a RoHS proíbe o uso de seis substâncias em produtos eletroeletrônicos fabricados localmente e importados para a região: cádmio, mercúrio, cromo, chumbo e retardantes de chamas, como a bromo bifelina, que é cancerígena e bioacumulativa.

De acordo com Marcus Piaskowy, da Logistik Consulting, a questão do lixo eletrônico teve como marco uma pesquisa europeia realizada em 2002 que avaliou cordões umbilicais para saber o nível de intoxicação da população. Foram encontradas 287 substâncias que não deveriam estar ali, sendo 180 cancerígenas e 217 malélicas ao sistema nervoso. Boa parte desse problema estava ligada à incineração do lixo que despejava toxinas no ar.

A partir de então, lixo eletrônico passou a ser um tema levado mais a sério. “Quem paga é o poluidor, que se torna responsável pelo ciclo de vida, custo de coleta, tratamento e reciclagem do produto sob pena de multas altas. Na Alemanha, por exemplo, chega a 50 mil euros por infração”, conta Piaskowy. Outro fator preocupante é o fato de que o lixo eletrônico europeu soma quase 10 milhões de toneladas por ano e tende a dobrar a cada dez anos, graças à vida útil cada vez menor dos aparelhos e à cultura de consumo desenfreado.

É claro que montar uma estrutura de LR exige uma injeção de recursos e a solução adotada pelos europeus foi taxar os produtos eletroeletrônicos em seu preço final de forma que, quando a vida útil do produto esgotar, esse valor pago a mais, que esteve aplicado durante esse tempo, financie o processo. Os produtos quebrados e inservíveis dispostos no mercado também são recolhidos e tratados. A verba vem de todo o mercado: cada empresa dá contribuições proporcionais ao seu market share.

Outras medidas são a inclusão de orientações sobre o descarte correto dos produtos nos manuais de instrução e a obrigatoriedade da máxima: quem vende tem de receber.

O CASO BRASILEIRO

No Brasil, não existe uma legislação federal que obrigue o fabricante a receber seus produtos de volta depois que eles perderam suas funções, mas, sim, ações pontuais pelo país como no Paraná e as propostas em análise de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e no Rio de Janeiro.

Mas está em trâmite um projeto de lei que institui uma **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, fundamental para unificar e estabelecer parâmetros que norteiam os rumos da Logística Reversa em terras tupiniquins. “Colaboramos com essa proposta que é mais genérica e vai precisar ser regulamentada setor por setor. Essa política nacional tenta agregar os muitos projetos de lei voltados para sustentabilidade espalhados pelo país para reunir diretrizes genérica”, explica o professor e presidente do **Conselho de Logística Reversa do Brasil**, Paulo Roberto Leite.

O especialista aponta alguns inibidores que merecem atenção especial do Estado como as legislações que não auxiliam e as bitributações em vários momentos das cadeias reversas. “Se o governo quiser agregar essa mentalidade, deve privilegiar esse tipo de inibidor. Conhecimento também é um nó. As próprias empresas não mapeiam muito bem quanto custa e não estabelecem parâmetros”, diz.

Uma brecha na legislação, segundo Saraiva, é que ela imputa responsabilidade ao fabricante, mas não cria de forma clara uma regra para quem importa e comercializa no país. Ao contrário, para internalizar um produto brasileiro na França, por exemplo, existem várias diretrizes a serem seguidas, como a WEEE e a RoHS.

ESTÍMULO

O Programa de Substituição e Promoção de Acesso da Refrigeradores Eficientes, do governo federal, pretende substituir 10 milhões de geladeiras das famílias de baixa renda em um prazo de dez anos. Além de estimular as remanufaturas, as recicladoras e a Logística Reversa, a ação objetiva dar oportunidade às famílias que ganham até dois salários mínimos por mês de terem seu primeiro refrigerador eficiente e ecológico, sem CFC.

“Existe o componente ambiental e o social. Estima-se que os gastos com chuveiro e geladeira somem cerca de 50% dos gastos com energia elétrica nessas residências”, afirma o coordenador do Programa, Danilo Furtado.

Mais da metade dos produtos de Linha Branca (55%) são trocados ao final de sua vida útil, alguns com eficiência energética ainda menor, continuam a ser utilizados. Por isso, a intenção é estimular, por meio de propostas diferenciadas. Uma delas seria um desconto significativo na hora de adquirir esse novo produto caso o cliente entregasse seu antigo refrigerador para ser desmontado e reinserido no ciclo produtivo.

“Alguém precisa pagar a conta da LR e o governo vai bancar esse custo até o programa ganhe escala”, diz Furtado. A outra etapa do Programa, ainda sem previsão de início, será facilitar a compra dessas geladeiras pelos aproximadamente três milhões de brasileiros que ainda não dispõem do equipamento. Dessa forma, benefícios como o ganho no segmento alimentar e na saúde também são esperados.

Espera-se que o conjunto de medidas recolham dez milhões de geladeiras, eliminem cinco mil toneladas de CFC e economizem 1,6 bilhão de investimentos por pelo menos 20 anos na construção de usinas hidrelétricas.

Sugestão de leitura: Logística Reversa – meio ambiente e competitividade, de **Paulo Roberto Leite** (Pearson Education no Brasil, 2003) - Este foi o primeiro livro lançado sobre o assunto na América do Sul. A obra traz conceitos e valores fundamentais para a execução da Logística reversa e é indicado para quem já domina o processo, mas busca aperfeiçoar vantagens competitivas e oportunidades de negócios.

*Algumas informações foram colhidas durante o 1º Fórum Internacional de Logística Reversa, realizado no dia 13 de maio de 2009, em São Paulo, pelo Conselho de Logística Reversa do Brasil.

Leia também:

Eterno regresso -

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/conteudo_222012.shtml?func=1&pag=2&fnt=9pt

Lixo eletrônico: consumidores fazem toda diferença

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/conteudo_417085.shtml

Consumismo gera lixo

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_278998.shtml

Virou lixo. E agora?

http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/redacao/133248_post.shtml

FONTE: PLANETA SUSTENTÁVEL - <http://planetasustentavel.abril.uol.com.br/home/>
http://planetasustentavel.abril.uol.com.br/noticia/lixo/conteudo_471850.shtml?func=1&pag=0&fnt=9pt